

Maduro toma posse em clima azedo com governo

Sem qualquer restrição, ministros repudiam ato

Por Karoline Cavalcante

A posse do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, para um terceiro mandato consecutivo, realizada na última sexta-feira (10), gerou reações de forte repúdio por parte de autoridades brasileiras. Maduro, que antes da última tentativa de eleição, tinha boas relações com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desta vez foi criticado sem qualquer reprimenda por diversos integrantes do governo, incluindo o vice-presidente Geraldo Alckmin. Maduro declarou-se eleito presidente sem qualquer demonstração de que esse tenha sido de fato o resultado do pleito. Por isso, o governo Lula não reconheceu sua vitória. Nenhuma autoridade brasileira foi à posse. O Brasil foi representado pela embaixadora em Caracas, Glivânia Maria de Oliveira, para a cerimônia.

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) lamentou a situação e reafirmou que o Brasil não reconhece as eleições que deram a vitória a Maduro. Em entrevista à CNN, ele ressaltou a defesa da democracia como um valor civilizatório, “contrário às ditaduras que suprimem a liberdade”.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), chamou a posse de Maduro de “um ataque aos princípios democráticos” e destacou que o povo venezuelano merece liberdade e um futuro de paz, que só é possível com o respeito à democracia. O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), também condenou a posse, afirmando que a tomada do governo pela força deve ser repudiada por



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Brasil se afasta de maneira cautelosa do governo de Maduro

todos que defendem a democracia. “O MDB sempre se posicionou a favor das liberdades individuais, da justiça e do voto popular”, completou.

Ainda que tais posições não tenham sido externadas por integrantes do PT, o partido de Lula, o fato de terem sido autorizadas sem qualquer observação mostram como está longe de ser a mesma a relação atual do governo com o presidente da Venezuela após sua contestada eleição.

Fora do governo, outras autoridades chegaram a propor medidas mais duras. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a adoção de medidas políticas e econômicas para repudiar a posse. “A democracia exige eleições limpas, sem fraudes, e respeito ao voto popular. Não aconteceu isso na Venezuela. A posse de Nicolás Maduro afronta a vontade do povo venezuelano e deve ser repudiada com medidas políticas

e econômicas, para que ditaduras não se sintam legitimadas”, declarou.

Maduro assumiu o cargo em um contexto de crescente polarização na Venezuela e com questionamentos sobre a transparência das eleições de 2024. No dia 9 de janeiro, partidos da oposição venezuelana protestaram nas ruas contra os resultados, reivindicando a vitória de Edmundo González (Pud), atualmente exilado na Espanha. A ex-deputada Maria Corina Machado, líder da oposição, afirmou ter sido presa durante os protestos, embora as autoridades venezuelanas tenham negado a acusação.

Canal aberto

De qualquer modo, para a advogada Hanna Gomes, especialista em direito internacional, o envio da embaixadora do Brasil a Caracas, apesar da falta de reconhecimento da legitimidade das eleições, reflete que o canal de comunicação ainda

está aberto.

“Isso não implica necessariamente que o Brasil esteja rompendo relações com a Venezuela, mas sinaliza um afastamento político em termos de apoio e alinhamento”, iniciou. “Fica evidenciado que mesmo os amigos podem ser repleendidos e que o governo brasileiro não coaduna com ilegalidades”, prosseguiu Hanna.

Cautela

Para o consultor de Política Internacional Vito Villar, a postura cautelosa do Brasil é pragmática, já que há uma grande população venezuelana no Brasil e uma significativa comunidade brasileira na Venezuela.

“Ao manter as relações, o Brasil busca não aumentar a instabilidade na região, aumentando tanto a crise de refugiados quanto a influência da China e Rússia na região. Mas a situação nunca esteve tão deteriorada, em se tratando de um governo de esquerda”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



AtlasIntel mostra um futuro incerto para Lula

Pesquisa revela país dividido e disputa empatada

A pesquisa AtlasIntel que dá a Lula uma liderança em relação a prováveis adversários em 2026 reforça a divisão do país. Mostra também um risco para o petista: nos cenários, a soma dos percentuais dos candidatos de direita e centro-direita aponta para um empate. A situação fica mais delicada ao se levar em conta que o presidente é, no cardápio apresentado

pelo instituto, o único significativo a carregar a bandeira da esquerda e da centro-esquerda. Como representante deste quase bloco do Eu Sozinho, Lula teria dificuldades para, num eventual segundo turno, agregar votos de políticos do mesmo campo ideológico. A polarização fica mais evidente no equilíbrio entre aprovações e desaprovações do presidente.

Tudo junto...

No primeiro cenário, a soma de intenções de votos de Tarcísio de Freitas, Pablo Marçal, Ronaldo Caiado, Sérgio Moro e Gustavo Lima soma 45,7 pontos. Lula tem 45,2. Com os votos das ministras Simone Tebet e Marina Lima, chegaria a 45,5% das preferências.

...e misturado

A situação se repete em uma segunda possibilidade de primeiro turno, com Eduardo Bolsonaro com 23,5% das preferências, percentual que somado com os demais candidatos de direita, chegaria a 46,5%. Lula volta a liderar, com 41,2%. Simone e Marina, juntas, têm 4,4%

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Governador apresenta bons índices na pesquisa

Mais pobres preferem candidatos da direita

A pesquisa dá boas notícias para Lula: o candidato que dele mais se aproximaria num eventual segundo seria o hoje inelegível Jair Bolsonaro (49% a 43%). Sobre Tarcísio de Freitas, a vantagem é de dez pontos, 49% a 39% — mas, neste caso, é preciso levar em conta que o governador paulista é bem menos conhecido que o

presidente. Um dado preocupante para o Planalto são as intenções de voto de Tarcísio e de Eduardo entre os mais pobres: eles ganham de Lula nos segmentos com renda familiar de até R\$ 3 mil (no caso do filho de Bolsonaro, há um empate técnico com o presidente entre os de renda entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil).

Federais

Apesar de protestos de entidades de servidores, o Ministério da Saúde avalia que conseguiu encontrar soluções para um dos maiores e antigos problemas da pasta: os hospitais federais do Rio, uma rede herdada do antigo Distrito Federal e que não sai da UTI.

Fiocruz

Antigo Hospital dos Bancários, o da Lagoa, na Zona Sul, deverá passar a ser administrado pela Fundação Oswaldo Cruz, que foi presidida pela ministra Nísia Trindade. A Fiocruz, ligada ao ministério, tem experiência na administração de hospitais próprios.

Servidores

O Hospital dos Servidores deverá ser integrado à rede de hospitais universitários da Ebserh, empresa pública subordinada ao Ministério da Educação. Neste caso, passaria a ser ligado ao Hospital Gaffrée e Guinle, da UniRio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Ipanema

Dois hospitais da rede — Andaraí e Cardoso Fontes — já foram municipalizados; o de Bonsucesso, entregue ao Grupo Hospitalar Conceição, baseado no Rio Grande do Sul e também ligado ao Ministério da Saúde. Não deverá haver mudanças na situação do Hospital de Ipanema.

Inflação mais alta deverá pressionar nova alta de juros

Jose Cruz/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, inicia seu mandato com um grande desafio. Desde que tomou posse em janeiro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva elegeu como um dos seus alvos principais o antecessor de Galípolo, Roberto Campos Neto. Insistia que as altas taxas de juros mantidas pelo Banco Central na sua gestão tinham motivação política, pelo fato de Campos Neto ter sido nomeado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A divulgação do índice de inflação na semana passada agora pressiona Galípolo. O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), principal indicador da inflação brasileira, fechou o ano em 4,83%, acima do teto da meta. Muito provavelmente, ao presidir sua primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), Galípolo se verá obrigado a manter a alta a taxa de juros como medida para conter a inflação, colocando em xeque a ideia de motivação política.

Na sexta-feira (10), Galípolo enviou uma carta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicando os motivos pelos quais a inflação ultrapassou a meta estabelecida para 2024. Segundo a autoridade monetária, o desvio foi causado principalmente pelo forte crescimento da atividade econômica, pela depreciação cambial e



Inflação deve obrigar Galípolo a manter altos os juros

por fatores climáticos, em “um contexto de expectativas de inflação desancoradas e inércia da inflação do ano anterior”.

Desvalorização

De acordo com o documento, a desvalorização do real em 2024 foi a mais acentuada entre as principais moedas internacionais, inclusive em comparação com países avançados. Isso indica que “fatores domésticos e específicos do Brasil tiveram papel expressivo nesse movimento cambial”. Desde o final do ano passado, o valor do dólar tem se mantido acima de R\$ 6.

O cenário fiscal também impactou de forma relevante os preços de ativos e as expectativas dos agentes econômicos, especialmente no que diz respeito ao prêmio de risco, às expectativas de inflação e à taxa de câmbio. Os termos de troca, por outro lado, não desempenharam um papel relevante, pois, após uma piora nos primeiros meses de 2024, se recuperaram no segundo semestre, alcançando níveis semelhantes aos de 2023.

Em dezembro, o IPCA foi de 0,52%, superando em 0,13 p.p. a taxa registrada em novembro (0,39%). Este é o

oitavo ano desde 1999 que a meta de inflação não foi cumprida. Nos 26 anos do regime de metas de inflação no Brasil, o estouro ocorreu também em 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021, 2022 e 2024. Sempre que isso acontece, o presidente do Banco Central é obrigado a prestar esclarecimentos ao ministro da Fazenda e explicar os motivos do não cumprimento da meta.

O resultado de 2024 foi fortemente influenciado pelo aumento nos preços de Alimentação e Bebidas (7,69%), que teve o maior impacto, com uma contribuição de 1,63 p.p. no índice anual. Em seguida, destacaram-se os grupos Saúde e Cuidados Pessoais (6,09%) e Transportes (3,30%), com impactos de 0,81 p.p. e 0,69 p.p., respectivamente. Juntos, esses três grupos foram responsáveis por cerca de 65% do aumento total do IPCA no ano.

A última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) indicou que há uma expectativa de pelo menos dois aumentos adicionais na taxa Selic — taxa básica de juros — ao longo de 2025, que, atualmente, está em 12,25% ao ano. Na avaliação de economistas, essa indicação anterior teria sido uma estratégia para aliviar a responsabilidade de Galípolo agora. A expectativa já teria sido adiantada antes do momento da sua posse, ainda dentro da gestão anterior.